



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA**

Processo nº 10580.007514/2003-17
Recurso nº 130.665 Voluntário
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Acórdão nº 301-34.576
Sessão de 20 de junho de 2008
Recorrente MEGALOG TRANSPORTE E LOGÍSTICA LTDA.
Recorrida DRJ/SALVADOR/BA

**ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS
E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE
PEQUENO PORTO - SIMPLES**

Ano-calendário: 2003

SIMPLES. ATIVIDADE NÃO IMPEDIDA. A atividade de transporte de mercadorias, por aplicação da Lei-Complementar 123/2006 (Simples Nacional), não configura, por si só, atividade abrangida nas atividades vedadas ao SIMPLES.

SIMPLES. RETROATIVIDADE DE LEI NOVA. JULGAMENTOS PENDENTES. EFEITOS. A lei nova tem repercussão pretérita aos casos pendentes de julgamento, por força do caráter interpretativo da norma jurídica impeditiva anterior, revogada pela nova legislação, devendo seus efeitos se subsumirem à regra do artigo 106 do CTN.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "OTACÍLIO DANTAS CARTAXO".
OTACÍLIO DANTAS CARTAXO - Presidente

Irene Souza da Trindade Torres
IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES – Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros José Luiz Novo Rossari, Luiz Roberto Domingo, Rodrigo Cardozo Miranda, João Luiz Fregonazzi, Valdete Aparecida Marinheiro e Susy Gomes Hoffmann.

Relatório

Por bem descrever os fatos até aquele momento, adoto o relatório de fls. 48.

Em sessão de 22 de março de 2006, esta Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes decidiu converter o julgamento em diligência, para que a autoridade preparadora apurasse, de forma conclusiva, qual o alcance real das atividades desenvolvidas pela contribuinte.

Cumprida a diligência, retornam os autos e este Colegiado para prosseguir o julgamento.

É o relatório.

Voto

Conselheira Irene Souza da Trindade Torres, Relatora

Retornam os autos da diligência requerida por este Conselho, com a finalidade de verificar a real atividade da empresa.

Segundo consta do Termo de Encerramento de Diligência Fiscal (fl. 82) foi verificado o seguinte:

"I. O contribuinte durante o ano calendário de 2001, somente efetuou serviços de transporte, comprovado através de conhecimento de transportes que se encontram anexos."

Diante de tal constatação, depreende-se que, na verdade, durante o ano de 2001, período de ingresso no Simples, a atividade exercida pela recorrente foi somente de serviços de transporte de mercadoria, comprovada pelos documentos de fls. 54/81.

Dessa forma, a Lei Complementar 123/2006 (Simples Nacional) não prevê impedimento aos serviços de transporte de mercadoria, mas somente para serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros (art. 17, VI), senão vejamos:

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

VI – que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;

Resta, entretanto, estabelecer o alcance dos efeitos da lei no tempo, ou seja, estabelecer se o dispositivo da Lei Complementar nº. 123/2006 tem efeito retroativo, vez que a exclusão foi efetuada em data anterior à sua edição.

No presente caso, há que se considerar que o ato declaratório de exclusão, entendido como aplicação de penalidade por descumprimento da lei àquele tempo, não era definitivo por ocasião da revogação do dispositivo legal que embasou o motivo da exclusão (Lei nº. 9.317/ 1996), vez que, tendo sido impugnado na esfera administrativa, apenas com o trânsito em julgado da decisão administrativa o declarar válido teria o condão de torná-lo definitivo.

Sobre a aplicação da lei nova com repercussão pretérita, assim dispõe o art. 106, do CTN, in verbis:

"Art. 106. A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

(...)

II- tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de trata-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática..” (destacou-se)

Assim, considerando que o ato declaratório de exclusão não era definitivo por ocasião da entrada em vigor da Lei Complementar nº. 123/2006, bem como que a exclusão do SIMPLES impunha-se como penalidade para aqueles que, mesmo exercendo atividade impeditiva, nele se inscreveram, tem-se assegurada a permanência da recorrente no sistema, tendo em vista a norma vigente que lhe é mais benigna, uma vez que deixou de definir como atividade impeditiva de opção pelo SIMPLES a apontada no Ato Declaratório.

Nesse sentido, a jurisprudência desta Câmara:

Número do Recurso: 135642
Câmara: PRIMEIRA CÂMARA
Número do Processo: 13707.000249/2005-22
Tipo do Recurso: VOLUNTÁRIO
Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO
Recorrída/Interessado: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ
Data da Sessão: 29/02/2008 14:00:00
Relator: LUIZ ROBERTO DOMINGO
Decisão: Acórdão 301-34336
Resultado: DPU - DADO PROVIMENTO POR UNANIMIDADE
Texto da Decisão: Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso.
Ementa: Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 2005
SIMPLES. ATIVIDADE IMPEDITIVA EXCETUADA PELA NOVA LEI. O artigo 17 §1º, inciso XIII da lei complementar nº 123 de 14.12.2006 excetuou as restrições impostas pelo inciso XIII do artigo 9º da Lei 9.317/1996 com as alterações introduzidas pela Lei 10.684/2003.
RETROATIVIDADE DA LEI NOVA. EFEITOS. JULGAMENTOS PENDENTES. O fato tem repercussão pretérita por força do caráter interpretativo daquelas normas jurídicas impeditivas, revogadas pela nova legislação, devendo seus efeitos se subsumirem a regra da retroatividade prevista no inciso I do artigo 106º, do Código Tributário Nacional.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO

Número do Recurso: 130157
Câmara: PRIMEIRA CÂMARA
Número do Processo: 19647.002596/2003-66
Tipo do Recurso: VOLUNTÁRIO
Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrída/Interessado: DRJ-RECIFE/PE
Data da Sessão: 11/09/2007 14:00:00
Relator: OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Decisão: Acórdão 301-34019
Resultado: DPU - DADO PROVIMENTO POR UNANIMIDADE
Texto da Decisão: Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso. Ausente justificadamente o conselheiro Luiz Roberto Domingo.
Ementa: Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples

Ano-calendário: 2002

SIMPLES. ATIVIDADE IMPEDITIVA EXCETUADA PELA NOVA LEI. O artigo 17 §1º, inciso XIII da lei complementar nº 123 de 14.12.2006 excetuou as restrições impostas pelo inciso XIII do artigo 9º da Lei 9.317/1996 com as alterações introduzidas pela Lei 10.684/2003.

RETROATIVIDADE DA LEI NOVA. EFEITOS. JULGAMENTOS PENDENTES.

O fato tem repercussão pretérita por força do caráter interpretativo daquelas normas jurídicas impeditivas, revogadas pela nova legislação, devendo seus efeitos se subsumirem a regra da retroatividade prevista no inciso I do artigo 106º, do Código Tributário Nacional.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO

Por todo o exposto, voto no sentido de **DAR PROVIMENTO** ao recurso voluntário, por aplicação da Lei-Complementar 123/2006 (Simples Nacional), que não prevê impedimento aos serviços de transporte de mercadoria, mas somente para serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros (art. 17, VI), mantendo a recorrente no Simples.

É como voto.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2008

Irene Souza da Trindade Torres
IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES - Relatora